



## Privatização do Satélite de Defesa e Comunicações - uma 'tenebrosa transação'?

Alexandre Santos

Artigo sobre inconsistências envolvendo a decisão da direção da Telebrás de privatizar capacidade do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações.

A Nestes últimos tempos, num processo que, de certa forma, se confunde com severa ameaça à segurança nacional, a engenharia brasileira vem sofrendo pesados golpes, com a débâcle de algumas das principais empresas brasileiras. Agora, sem aliviar a pressão sobre os outros alvos da engenharia, o governo investe contra o esforço da Telebrás para levar banda larga a todo o território nacional a um preço acessível, cumprindo um papel estratégico para o desenvolvimento nacional.

De fato, como se à Telebrás não tivesse sido cometida a audaciosa atribuição de cobrir o território nacional para satisfazer a demanda social prevista no Plano Nacional de Banda Larga (que, diga-se de passagem, ainda não decolou por não dispor de redes com a capilaridade necessária), não tivesse havido o subsídio da ANATEL para uso da posição orbital e, tão pouco, a independência requerida às comunicações das forças armadas, o novo presidente da empresa, Antonio Loss, oriundo da concorrente ViaSat Brasil há menos de nove meses, repetindo a argumentação usada outrora para justificar a entrega do sistema ao setor privado, anunciou a privatização de 79% da capacidade do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicação Estratégica (SGDC-1) - um satélite de capacidade de 56 Gbps e vida útil de 18 anos construído a partir de 2012 pela Thales-Alenia por encomenda da joint venture Visiona da Telebrás e Embraer ao custo de 2,1 bilhões de reais e em vias de ser lançado do Centro Espacial de Kouru, na Guiana Francesa -, enfraquecendo a capacidade operacional do sistema público em benefício de empresas privadas já equipadas para cumprir as atribuições originais que lhes foram repassadas com a privatização ocorrida em 1998.

Este é um processo que cheira mal, não só porque pretende privatizar o satélite indispensável para a Telebrás dispor da rede necessária para cobrir todo o País, mas, também, porque vem sendo conduzido por dirigente que, ainda há pouco, era CEO da operadora de serviços de satélite ViaSat Brasil, em claro conflito de interesses, apontado, inclusive, pelo ministério público federal. Suspeitas ganham relevância, especialmente, porque, além de não estabelecer preço mínimo, combinar regiões nobres, onde estão os bons negócios, com regiões muito afastadas, onde a oferta de banda larga não dá retorno financeiro, o edital divulgado não coloca meta de cobertura para as operadoras privadas beneficiadas com o leilão. A rigor, por estar estreitamente vinculado ao desenvolvimento econômico e à defesa nacional e interferir diretamente no objeto do decreto presidencial que dispôs sobre 'a gestão do planejamento, da construção e do lançamento do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas',

uma decisão deste porte só poderia ser tomada por decisão e orientação explícita do próprio presidente da república.

Além de maior respeito, a sociedade brasileira, em geral, e a comunidade técnica, em particular, merecem explicação sobre este caso que, como na música de Chico Buarque, mais parece uma 'tenebrosa transação. Infelizmente, mais uma...

(\*) Alexandre Santos é presidente do Clube de Engenharia de Pernambuco